

Ata da 68ª Reunião Ordinária

Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC

realizada em 05/06/2012, 3ª feira, na Sala de reuniões da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação, 2ª. Andar, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)

Membros Participantes:

1. Adriano Santhiago de Oliveira – **Representante Suplente do Ministério do Meio Ambiente**
2. Demétrio Florentino de Toledo Filho – **Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
3. João Luiz Tedeschi – **Representante Titular do Ministério da Fazenda**
4. João Antônio Fagundes Salomão – **Representante Suplente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Outros Participantes:

1. Sanderson Alberto Medeiros Leitão – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
2. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
3. Luís Fernando Badanhan – **Ministério das Minas e Energia**
4. Mario Henrique Rodrigues Mendes – **Ministério do Meio Ambiente**
5. Josana de Oliveira Lima Esser – **Ministério do Meio Ambiente**
6. Pedro Luiz Simpson Júnior – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
7. Breno Simonini Teixeira – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
8. Luiz Gustavo Vilas Boas – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
9. Naiara de Souza Silva – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
10. Moema Vieira Gomes Corrêa – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
11. Andréa Nascimento de Araújo – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
12. Márcio Rojas da Cruz – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
13. Henrique Silva Moura – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
14. Vitor Ferri – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
15. Marise Fonseca e Silva – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
16. Valdir Borges Souza Junior – **Ministério das Minas e Energia**

1. Abertura da Reunião

O Sr. Sanderson Leitão iniciou a reunião às 14h20min, dando boas vindas a todos e informou que iria conduzir a reunião. Em seguida, solicitou inversão de pauta para iniciar a reunião com a deliberação sobre a aprovação da Ata da 67ª Reunião Ordinária.

2. Aprovação da Ata da 67ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

A Ata da 67ª Reunião da CIMGC foi aprovada por unanimidade.

3. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

A Ata da 10ª Reunião Extraordinária da CIMGC foi aprovada por unanimidade.

4. Carta FMASE 114/2012 sobre o Processo de Avaliação e Aprovação de Projetos MDL pela CIMGC.

O Sr. Márcio Rojas (MCTI) apresentou, resumidamente, as demandas do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE) presentes na Carta nº 114, de 18 de maio de 2012, enviada à CIMGC, que contém “Propostas com o intuito de atender o alto volume de projetos e a importância da emissão exígua das Cartas de Aprovação de uma forma que permita o registro dos projetos até o 31 de dezembro de 2012”.

A primeira proposta da FMASE é a seguinte:

“É de suma importância que a Carta de Aprovação Brasileira não faça referência à versão do Documento de Concepção do Projeto (DCP) e do Relatório de Validação para permitir sua atualização antes da submissão para o registro das Nações Unidas. Essa medida é de fundamental importância devido ao fato que no 1º de outubro de 2012 vence o período de carência para o uso dos procedimentos de MDL antigos (denominados de VVM Track) e começam a valer os novos procedimentos e documentos aprovados na Reunião 66 do Conselho Executivo do MDL (denominado de VVS Track). Dessa forma, o risco de questionamentos pelo secretariado da CQNUMC é reduzido e se eliminam os frequentes períodos de retificação da carta pela Comissão.”

Em reação à carta, o MCTI apresentou a seguinte posição durante a Reunião: “Considerando que as atribuições da AND se referem à avaliação da contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável e com relação à questão da voluntariedade do projeto, julgamos pertinente a sugestão ora encaminhada. Ainda assim, preocupa-nos a possibilidade de que haja alterações subsequentes no escopo do projeto que invalidem a avaliação de contribuição para o desenvolvimento sustentável e da voluntariedade do projeto. Desta forma, sugerimos como opção intermediária que a Carta de Aprovação faça referência exclusivamente ao escopo do projeto – e por conseguinte, às considerações que guardam aderência à contribuição para o desenvolvimento sustentável e à voluntariedade – registrado em determinada versão do Documento de Concepção do Projeto (DCP) e do Relatório de Validação (RV). Alterações no DCP e no RV que não comprometam a

avaliação da CIMGC quanto à contribuição para o desenvolvimento sustentável e à voluntariedade não constituiriam exigência de nova Carta de Aprovação”.

Tal proposta intermediária será objeto de uma minuta a ser apresentada com cinco dias úteis de antecedência à próxima reunião extraordinária (19/06/2012), ocasião em que haverá deliberação sobre a alteração procedimental sugerida pelo MCTI em resposta à carta da FMASE. Em princípio, não haveria restrição por parte do Ministério das Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente.

O segundo ponto trazido pela FMASE consiste na seguinte proposta:

“O aumento da frequência das reuniões ordinárias da CIMGC é fundamental para permitir a expedita análise e aprovação do grande volume de projetos em curso e mitigar o conflito dos prazos da CIMGC com os prazos do Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (“CQNUMC”), que também exige um período de até quatro meses para comprovar a conformidade e elegibilidade dos projetos submetidos segundo as regras do MDL. Sem essa medida a possibilidade de registro, no prazo imperativo de 31/12/2012, dos projetos que serão submetidos à CIMGC nos próximos meses, é substancialmente prejudicada ou inviabilizada. Para tanto, sugerimos a ocorrência de reuniões ordinárias da Comissão a cada 2 (duas) semanas a fim de permitir um fluxo de análise e aprovação mais homogêneo sem que os projetos tenham que esperar dois meses para serem analisados na subsequente reunião ordinária.”

Frente a essa demanda, o MCTI apresentou a posição a seguir:

“Antecipando-se ao cenário atual, nós sugerimos no início de 2012 que a CIMGC reduzisse o intervalo entre as Reuniões Ordinárias de 60 dias para 45 dias. Sugerimos igualmente por prever a realização de Reuniões Extraordinárias entre as realizações das Reuniões Ordinárias, sempre que houvesse indicação de necessidade. Além disto, o MCTI tem envidado esforços no sentido de aumentar a equipe técnica que apoia a Secretaria-Executiva da CIMGC.

Uma vez que cada projeto é avaliado inicialmente por duas pessoas integrantes do painel de especialistas, em seguida o projeto e os dois pareceres são apreciados por uma pessoa do quadro de consultores e por fim, toda a documentação (projeto, pareceres dos especialistas e parecer do consultor) é analisada adicionalmente por uma equipe técnica do MCTI, responsável pela redação final do parecer que apresentamos à CIMGC, tornar o intervalo entre as reuniões ainda menor não garantiria necessariamente “um fluxo de análise e aprovação mais homogêneo”, visto o tempo necessário para que todos os estágios de avaliação dos projetos ocorram de forma criteriosa.

Uma outra possibilidade de se alcançar “um fluxo de análise e aprovação mais homogêneo” que não a “ocorrência de reuniões ordinárias da Comissão a cada 2 (duas) semanas” seria, em caráter emergencial, se desconsiderar a regra que estabelece o prazo de 5 dias úteis prévios à realização de Reunião Ordinária para que o projeto passe do status de “recebido” para o status de “submetido”. Neste cenário, a CIMGC trabalharia de forma a aceitar uma espécie de “fluxo contínuo” de apresentação e submissão de projetos.

Assim, os proponentes apresentariam os projetos no protocolo do MCTI, em seguida haveria uma verificação da documentação apresentada, e, verificando-se o recebimento da documentação completa, cada projeto seria numerado e passaria a constar na página de acesso restrito aos membros da CIMGC como “submetido”.

Caso essa sugestão seja aceita, é imperativo que haja manifestação no sentido de que eventualmente, dado o elevado número de projetos, poderá não ser respeitado o prazo de 60 dias para deliberação pela Comissão, visto a indisposição em comprometer a avaliação criteriosa dos projetos pela CIMGC.

Seria igualmente oportuno que haja manifestação no sentido de recomendar aos proponentes que não permitam que a proximidade dos diversos prazos no fluxograma dos projetos comprometa a qualidade geral dos projetos, visto que tais descuidos oneram não só em tempo mas igualmente em recursos financeiros a Secretaria-Executiva da CIMGC.”

* Conforme a Resolução nº 5, de 11 de abril de 2007, Art. 2º, os documentos relacionados ao pedido de aprovação das atividades de projeto propostas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo mencionados nas resoluções desta Comissão deverão ser recebidos pela Secretaria Executiva da mesma 5 (cinco) dias úteis antes da próxima reunião ordinária, tempo necessário para que se verifique que os requisitos de documentação necessária foram integralmente cumpridos e a documentação submetida está completa, para que inicie a contagem do prazo de 60 (sessenta) dias após a data da primeira reunião ordinária da Comissão subsequente ao recebimento dos documentos, conforme artigo 6º da Resolução nº 1, artigo 6º da Resolução nº 2 e artigo 6º da Resolução nº 3 desta Comissão.

Conforme explicou a Sra. Sônia Bittencourt (MCTI), dessa forma, os proponentes ganhariam tempo por não terem que esperar uma reunião pra apresentarem projetos. Muitas vezes, os projetos são apresentados com problemas, devido à pressa, e os proponentes posteriormente tentam alterar a documentação.

Em reação à proposta do MCTI, o Sr. Adriano (MMA) apresentou a preocupação de que a proposta alteração seja feita em conformidade com os procedimentos legalmente estabelecidos, pois seria preciso modificar a resolução referente ao sistema de submissão de projetos (Resolução nº 5, de 11 de abril de 2007).

A Sra. Sônia Bittencourt (MCTI) colocou que, segundo opinião da Consultoria Jurídica do MCTI (CONJUR/MCTI) em situação análoga, a Comissão é soberana em suas decisões durante reuniões ordinárias; além disso, ponderou que é preciso considerar o momento extraordinário, em que se prevê a submissão de um grande volume de projetos.

O Sr. Adriano Santhiago (MMA) levantou a possibilidade de a CIMGC ser acionada por não cumprir o prazo de 60 dias estabelecido por Resolução. Também questionou se a opinião da CONJUR/MCTI emitida no caso análogo seria válida para o contexto em análise.

Como encaminhamento, decidiu-se que o MCTI consultaria a sua CONJUR sobre a possibilidade de alteração das resoluções pertinentes em tempo mais breve bem como sobre as formas de resguardar a CIMGC de eventuais contendas com proponentes de projetos.

5. Proposta de Reunião Extraordinária *online* em 19/06/2012, por meio eletrônico

O Sr. Sanderson Leitão informou sobre a necessidade de se marcar uma reunião extraordinária da CIMGC, para deliberação sobre os projetos 340 a 351/2012.

6. Informe sobre disponibilização de documentos para as reuniões por meio impresso

O Sr. Sanderson Leitão informou que a Secretaria Executiva da CIMGC não mais disponibilizaria aos membros, no momento da reunião, os documentos impressos contendo agenda e pareceres. O objetivo é evitar o desperdício de recursos, uma vez que muitos membros não comparecem às reuniões e, muitas vezes, os representantes já trazem sua versão impressa, pois os documentos são disponibilizados previamente por meio eletrônico. Os membros presentes não ofereceram manifestação contrária à nova orientação.

7. Deliberações sobre os projetos em análise

a) Projeto 304/2012 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-15: a Comissão manifestou parecer para **aprovação**.

b) Projeto 330/2012 - Atividade do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Pezzi: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

O Relatório de Validação tem número de versão e número de revisão idênticos ao do Relatório de Validação de outro projeto também validado pela Bureau Veritas Certification, a saber o Projeto de MDL “PCH Serra Cavalinhos I” - localizado nos municípios de Bom Jesus, Monte Alegre dos Campos e São Francisco de Paula, também no Estado do Rio Grande do Sul. Tendo em vista que são dois projetos diferentes, em localidades diversas, entende-se que não há um Relatório de Validação único para os dois projetos, tanto porque cada um desses dois Relatórios possui também diferentes data de revisão, número de páginas e conteúdo. Assim sendo, solicitam-se explicações sobre o ocorrido ou reapresentação de um novo Relatório de Validação, com numeração que seja única e inédita.

No Anexo III, no item E - Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores, avaliar e reescrever a frase “A geração descentralizada de energia contribui mais para o desenvolvimento sustentável que um centralizado. A integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada conectada à rede diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia.” Considerar na análise que: (i) uma PCH conectada ao grid não se caracteriza como uma

geração descentralizada de energia; (ii) a geração por diversas PCHs não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única usina hidrelétrica, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente; (iii) deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

c) Projeto 331/2012 – Central Geradora Eolielétrica Arizona 1: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

No Anexo III, as contribuições para o desenvolvimento sustentável precisam ser revisadas e apresentadas de forma mais objetiva.

Nesse sentido, o Anexo III, item A, sobre a “contribuição para a sustentabilidade ambiental local” deve avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciada pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. Tal comparação não foi apresentada.

Ainda no Anexo III, o item B, referente à “contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos”, deve avaliar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis, bem como avaliar o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos) comparando-se o cenário do projeto com o cenário de referência. Tal comparação não foi apresentada e tampouco foram citadas responsabilidades sociais e trabalhistas ou programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis;

Por sua vez, o item C, sobre “Contribuição para a distribuição de renda”, deve avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência, sendo que não foi apresentado o cenário de referência, específico para o parque eólico do projeto de MDL;

No item D, “Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, deve ser avaliado o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Deve avaliar também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional;

Por fim, no item E, “Contribuição para integração regional e articulação com outros setores”, devem ser apresentadas as contribuições para integração regional e articulação com outros setores a partir da integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação. Solicita-se avaliar e reescrever o 3º Parágrafo deste item:

“(...) a geração descentralizada de energia contribui melhor ao desenvolvimento sustentável do que uma geração centralizada. Frequentemente, essa é a tendência brasileira porque, entre outras vantagens, o sistema elétrico tem menos perdas. Ao mesmo tempo, a integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia.” Considerar na análise que: (i) uma Central Geradora Eólica conectada ao grid não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia; (ii) a geração por diversas Centrais Eólicas descentralizadas não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única Central Eólica, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente; (iii) deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

d) Projeto 332/2012 – Parques Eólicos da Renova 2010: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC cópia de licença ambiental válida para o Parque Eólico Morrão;

No Documento de Concepção do Projeto

Segundo a Resolução Autorizativa ANEEL Nº 3298 DE 17/01/2012, é transferido controle societário das Centrais Eólicas componentes da Atividade de Projeto da Renova Energia S.A para Renova Eólica Participações S.A. No entanto, verifica-se no DCP, que tem data posterior à Resolução ANEEL, que a entidade participante do Projeto é a Renova Energia S.A. Solicita-se esclarecimento a esse respeito.

O DCP, versão 03, de 23/03/12, relata que a Centrais Eólicas da Prata Ltda possui 22,4 MW de capacidade instalada, entretanto observa-se no ato legal autorizativo, Portaria MME nº 177/2011, que a capacidade instalada é de 19,5 MW. Portanto, a versão 3 do DCP não atualizou os dados conforme ato legal autorizativo da ANEEL. Solicita-se esclarecimento ou correção pertinente.

O DCP, versão 03, de 23/03/12, relata que a Centrais Elétricas Tanque Ltda possui 27,2 MW de capacidade instalada, entretanto observa-se no ato legal autorizativo, Portaria MME nº 330/2011, que a capacidade instalada é de 24 MW. Portanto, a versão 3 do DCP não atualizou os dados conforme ato legal autorizativo da ANEEL. Solicita-se esclarecimento ou correção pertinente.

O DCP, versão 03, de 23/03/12, relata que a Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda possui 22,4 MW de capacidade instalada, entretanto observa-se no ato legal autorizativo, Portaria MME nº 161/2011, que a capacidade instalada é de 19,5 MW. Portanto, a versão 3 do DCP não atualizou os dados conforme ato legal autorizativo da ANEEL. Solicitam-se esclarecimentos ou correção pertinente.

Desse modo, solicita-se adequar as capacidades instaladas dos Parques Da Prata e Tanque, constantes do DCP (22,4 MW e 27,2 MW, respectivamente), ao concedido na licença ambiental (18 MW e 24 MW, respectivamente) e efetuar as alterações no DCP e Relatório de Validação que essa adequação pode vir a causar.

No Anexo III, as contribuições para o desenvolvimento sustentável precisam ser revisadas e apresentadas de forma mais objetiva.

Nesse sentido, o Anexo III, item A, sobre a “contribuição para a sustentabilidade ambiental local” deve avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciada pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. Tal comparação não foi apresentada.

Ainda no Anexo III, o item B, referente à “contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos”, deve avaliar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis, bem como avaliar o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos) comparando-se o cenário do projeto com o cenário de referência. Tal comparação não foi apresentada e tampouco foram citadas responsabilidades sociais e trabalhistas ou programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis;

Por sua vez, o item C, sobre “Contribuição para a distribuição de renda”, deve avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência, sendo que não foi apresentado o cenário de referência, específico para o parque eólico do projeto de MDL;

No item D, “Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, deve ser avaliado o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Deve avaliar também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional;

Por fim, no item E, “Contribuição para integração regional e articulação com outros setores”, devem ser apresentadas as contribuições para integração regional e articulação com outros setores a partir da integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação. Solicita-se avaliar e reescrever o 3º Parágrafo deste item: “(...) a geração descentralizada de energia contribui melhor ao desenvolvimento sustentável do que uma geração centralizada. Frequentemente, essa é a tendência brasileira porque, entre outras vantagens, o sistema elétrico tem menos perdas. Ao mesmo tempo, a integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia.”

Considerar na análise que: (i) uma Central Geradora Eólica conectada ao grid não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia; (ii) a geração por diversas Centrais Eólicas descentralizadas não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única Central Eólica, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente; (iii) deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

e) Projeto 333/2012 – Parque Eólico Mel 2: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

No Anexo III, item A, sobre a “contribuição para a sustentabilidade ambiental local”, apresentar argumentos complementares específicos e objetivos sobre a contribuição do empreendimento.

Ainda no Anexo III, no item C, sobre “Contribuição para a distribuição de renda”, informar o cenário de referência ao qual se comparam as melhorias na qualidade de vida da população com a implantação do projeto;

No Anexo III, item D, “Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, deve-se avaliar o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Cumpre avaliar também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional.

No Anexo III, item E, “Contribuição para integração regional e articulação com outros setores”, devem ser apresentadas as contribuições para integração regional e articulação com outros setores a partir da integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação. Solicita-se avaliar e reescrever o 3º Parágrafo deste item: “(...) a geração descentralizada de energia contribui melhor ao desenvolvimento sustentável do que uma geração centralizada. Frequentemente, essa é a tendência brasileira porque, entre outras vantagens, o sistema elétrico tem menos perdas. Ao mesmo tempo, a integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia.” Considerar na análise que: (i) uma Central Geradora Eólica conectada ao grid não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia; (ii) a geração por diversas Centrais Eólicas descentralizadas não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única Central Eólica, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente; (iii) deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

f) Projeto 334/2012 – Central Eólica Guajiru: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

No Anexo III, item A, sobre a “contribuição para a sustentabilidade ambiental local”, deve-se avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciada pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. Tal comparação não foi apresentada, e as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental local foram abordadas de modo sucinto e genérico. Solicita-se um maior detalhamento, listando, por exemplo, os programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, os quais o empreendedor diz que irá realizar.

Também no Anexo III, no item B, a respeito da “contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos”, deve-se avaliar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis, bem como avaliar o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos), comparando-se o cenário do projeto com o cenário de referência. Tal comparação não foi apresentada e tampouco foram citadas responsabilidades sociais e trabalhistas ou programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis.

No item C, sobre a “contribuição para a distribuição de renda”, devem-se avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência, sendo que não foi apresentado o cenário de referência específico para o parque eólico do projeto de MDL.

Por sua vez, no item D, concernente à “contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, deve ser avaliado o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Deve avaliar também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional.

Por fim, no item E, referente à “contribuição para integração regional e articulação com outros setores”, devem ser apresentadas as contribuições para integração regional e articulação com outros setores a partir da integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação. É preciso abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local, caso ocorram.

g) Projeto 335/2012 – Central Eólica Fleixeiras I: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

No Anexo III, no item A – “Contribuição para Sustentabilidade ambiental local”, as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental local foram abordadas de modo sucinto e genérico. Solicita-se um maior detalhamento, listando, por exemplo, os programas e

planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, os quais o empreendedor diz que irá realizar.

No item C, sobre a “contribuição para a distribuição de renda”, deve se informar um cenário de referência com o qual se comparam as demais melhorias na qualidade de vida da população com a implantação do projeto; e

No item D, concernente à “contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, deve-se avaliar o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Deve-se avaliar também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional.

Por fim, no item E do mesmo Anexo, sobre a “Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores”, deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local, caso ocorram.

h) Projeto 336/2012 – Central Eólica Porto do Delta: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

No DCP, corrigir o dado apresentado na Tabela 4 (página 8), “Estimativa de redução de emissões do Projeto da Central Eólica Porto do Delta”, uma vez que o valor apresentado (37.028 tCO₂e) é diferente do que consta no texto (371.028 tCO₂e).

O Anexo III, no item A, sobre a “Contribuição para Sustentabilidade ambiental local”, enumera características comuns a empreendimentos eólicos em geral, como a eliminação dos impactos originados pela combustão de fósseis, a ausência de produção de gases formadores de efeito estufa. Ademais, alega-se que serão implementados programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, conforme normas ambientais vigentes. A implantação desses programas tem caráter mandatório, de modo que estes não podem ser considerados como contribuição do projeto. Deste modo, faz-se necessária complementação no sentido de apresentar contribuições do projeto em análise especificamente à sustentabilidade ambiental local. Solicita-se um maior detalhamento, listando, por exemplo, os programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, os quais o empreendedor diz que irá realizar.

No item D, concernente à “contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, consta no Anexo III que os equipamentos utilizados no empreendimento terão um índice de nacionalização de no mínimo 60%, contribuindo assim para o desenvolvimento da indústria de tecnologia nacional e fomento de diversos setores da economia, bem como contribuindo para a diminuição do custo de tecnologias de geração de energia eólica no país. Apesar de se explorar o grau de nacionalização dos equipamentos que serão utilizados no empreendimento, o proponente deixa de avaliar, por exemplo, a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, ou ainda a

existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional.

Por fim, no item E do Anexo III, sobre a “Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores”, o documento não especifica as contribuições a serem proporcionadas pelo empreendimento à integração regional, reservando-se à enumeração de aspectos genéricos inerentes a qualquer empreendimento de mesmo tipo. A falta de um cenário de referência nesta análise do Anexo III também impossibilita a visualização de perspectivas específicas e objetivas de melhorias sob este aspecto de integração regional e articulação com outros setores. Deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local, caso ocorram.

i) Projeto 337/2012 – Central Eólica Mundaú: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

No Anexo III, item A, sobre a “Contribuição para Sustentabilidade ambiental local”, são enumeradas características comuns a empreendimentos eólicos em geral, como a eliminação dos impactos originados pela combustão de fósseis, a ausência de produção de gases formadores de efeito estufa. Ademais, alega-se que serão implementados programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, conforme normas ambientais vigentes. A implantação desses programas tem caráter mandatório, de modo que estes não podem ser considerados como contribuição do projeto. Deste modo, faz-se necessária complementação no sentido de apresentar contribuições do projeto em análise especificamente à sustentabilidade ambiental local. Solicita-se um maior detalhamento, listando, por exemplo, os programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, os quais o empreendedor diz que irá realizar.

No item D, concernente à “contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, consta no Anexo III que os equipamentos utilizados no empreendimento terão um índice de nacionalização de no mínimo 60%, contribuindo assim para o desenvolvimento da indústria de tecnologia nacional e fomento de diversos setores da economia, bem como contribuindo para a diminuição do custo de tecnologias de geração de energia eólica no país. Apesar de se explorar o grau de nacionalização dos equipamentos que serão utilizados no empreendimento, o proponente deixa de avaliar, por exemplo, a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, ou ainda a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional.

Por fim, no item E do Anexo III, sobre a “Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores”, o documento não especifica as contribuições a serem proporcionadas pelo empreendimento à integração regional, reservando-se à enumeração de aspectos genéricos inerentes a qualquer empreendimento de mesmo tipo. A falta de um cenário de referência nesta análise do Anexo III também impossibilita a visualização de perspectivas específicas e objetivas de melhorias sob este aspecto de integração regional e articulação com outros setores. Deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local, caso ocorram.

j) Projeto 338/2012 – Central Eólica Trairi: a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

No Anexo III, item A, sobre a “Contribuição para Sustentabilidade ambiental local”, são enumeradas características comuns a empreendimentos eólicos em geral, como a eliminação dos impactos originados pela combustão de fósseis, a ausência de produção de gases formadores de efeito estufa. Ademais, alega-se que serão implementados programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, conforme normas ambientais vigentes. A implantação desses programas tem caráter mandatório, de modo que estes não podem ser considerados como contribuição do projeto. Deste modo, faz-se necessária complementação no sentido de apresentar contribuições do projeto em análise especificamente à sustentabilidade ambiental local. Solicita-se maior detalhamento, listando, por exemplo, os programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, os quais o empreendedor diz que irá realizar.

No item D, concernente à “contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, consta no Anexo III que os equipamentos utilizados no empreendimento terão um índice de nacionalização de no mínimo 60%, contribuindo assim para o desenvolvimento da indústria de tecnologia nacional e fomento de diversos setores da economia, bem como contribuindo para a diminuição do custo de tecnologias de geração de energia eólica no país. Apesar de se explorar o grau de nacionalização dos equipamentos que serão utilizados no empreendimento, o proponente deixa de avaliar, por exemplo, a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, ou ainda a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional.

Por fim, no item E do Anexo III, sobre a “Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores”, o documento não especifica as contribuições a serem proporcionadas pelo empreendimento à integração regional, reservando-se à enumeração de aspectos genéricos inerentes a qualquer empreendimento de mesmo tipo. A falta de um cenário de referência nesta análise do Anexo III também impossibilita a visualização de perspectivas específicas e objetivas de melhorias sob este aspecto de integração regional e articulação com outros setores. Deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local, caso ocorram.

j) Projeto 339/2012 – Parque Eólico Campo dos Ventos II: a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada em **revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC documentos que comprovem a regularidade do licenciamento ambiental, uma vez que a licença prévia (LP) trazida aos autos, n.º 2010-036827/TEC/LP-0073, expedida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, encontra-se expirada desde 13/05/2012, sem que exista, no escopo dos documentos anexados, qualquer comprovação de requerimento

de nova licença prévia (conforme dispõe a condicionante n.º 12 da LP), ou de licença de instalação.

Corrigir a declaração de responsabilidade pela comunicação, pois o CNPJ da WayCarbon (03.006.106/0001-90) informado na declaração de responsabilidade pela comunicação, não é o mesmo que consta na documentação apresentada (2ª alteração e consolidação do contrato social da Munduscarbo Soluções Ambientais e Projetos de Carbono Ltda., CNPJ 08.294.685/0001-38).

O Documento de Concepção do Projeto (DCP) deve ser reformulado tendo em vista que a ferramenta para cálculo do fator de emissão para um sistema elétrico, versão 2.2.0, usada na elaboração do projeto tem validade para requisição de registro até 29 de maio de 2012, sendo necessário, portanto a sua atualização. Vale ressaltar, também, que a ferramenta para demonstração de adicionalidade, usada na elaboração do projeto, versão 5.2.1, encontra-se válida somente até 25 de julho de 2012;

No Relatório de Validação (Validation Report), a solicitação de ação corretiva nº 3 (CAR 3, da sigla em inglês) não se encontra encerrada.

No Anexo III, item B, sobre a “contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos”, é desejável explicitar como a atividade de projeto irá contribuir para o desenvolvimento das condições de trabalho, sendo igualmente pertinente informar na medida da disponibilidade dos dados, a quantidade estimada de empregos diretos e indiretos decorrentes da implantação da atividade de projeto.

No Anexo III, item D, concernente à “contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, solicita-se a revisão do texto referente ao especialmente ao trecho: “O projeto proposto despontará como incremento e desenvolvimento tecnológico do setor energético no Estado do Rio Grande do Norte, o qual poderia ficar comprometido pelas constantes crises energéticas que afetam o país, em decorrência de déficit no sistema hidroelétrico”. Trata-se de uma afirmação generalizada a todo o país o que não condiz com a atual realidade do setor energético nacional, o qual prima justamente pela segurança no abastecimento de energia proveniente de fontes hídricas. Nota-se que a Segurança Energética é o principal pilar da Política Energética Nacional.

No item E, sobre a “Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores”, embora seja relatada no Anexo III uma articulação com outros setores, deve-se avaliar e reescrever a frase “Sendo a forma descentralizada de energia uma tendência no país, vale ressaltar que comparada a geração centralizada, contribui melhor ao desenvolvimento sustentável.” Para tanto, pede-se considerar na análise que: (i) uma PCH conectada ao grid não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia; (ii) a geração por diversas PCHs não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única usina hidrelétrica, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente; (iii) deve-se abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

7. Novos Projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC

- 352/2012 – Projeto de Recuperação de Metano em Tratamento de Dejetos – **Recebido em 25/5/2012**
- 353/2012 – BRASILM 1- Prevenção de Emissões de Metano através da Compostagem de Dejetos Animais – **Recebido em 25/5/2012**
- 354/2012 – Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica - Parque Eólico Morro dos Ventos – **Recebido em 28/5/2012**
- 355/2012 – Projeto de Compostagem AWMS PoA – **Recebido em 28/5/2012**
- 356/2012 –Pequenas Centrais Hidrelétricas nas atividades de projeto agrupadas do Rio Braço do Norte – **Recebido em 29/5/2012**
- 357/2012 –Atividade de Projeto de MDL Energia Barueri – **Recebido em 29/5/2012**
- 358/2012 –Projeto de Gás de Aterro Uberlândia I e II – **Recebido em 29/5/2012**
- 359/2012 –Rede conectada à geração de energia elétrica de fonte renovável: Complexo do Parque Eólico de Santana do Livramento – **Recebido em 29/5/2012**
- 360/2012 –Projeto de Biogás de Aterro para Energia em Natal – **Recebido em 29/5/2012**
- 361/2012 –São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes – **Recebido em 29/5/2012**
- 362/2012 –Atividade do Projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica Quebra Dentes – **Recebido em 29/5/2012**
- 363/2012 –Projeto de MDL ENGEP & BEGREEN no aterro UTGR- Jambeiro – **Recebido em 29/5/2012**
- 364/2012 –Atividade de Projeto do MDL dos Complexos de Energia Eólica Faísas – **Recebido em 29/5/2012**
- 365/2012 –Atividade de Projeto do Complexo de Energia Eólica do Rio Grande do Norte e Ceará – **Recebido em 29/5/2012**

1. Síntese da Análise dos projetos:

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
304/2012 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-15	Submetido	Aprovado
330/2012 - Atividade do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Pezzi	Submetido	Aprovado com ressalvas
331/2012 – Central Geradora Eolielétrica Arizona 1	Submetido	Aprovado com ressalvas

332/2012 – Parques Eólicos da Renova 2010	Submetido	Aprovado com ressalvas
333/2012 – Parque Eólico Mel 2	Submetido	Aprovado com ressalvas
334/2012 – Central Eólica Guajiru	Submetido	Aprovado com ressalvas
335/2012 – Central Eólica Fleixeiras I	Submetido	Aprovado com ressalvas
336/2012 – Central Eólica Porto do Delta	Submetido	Aprovado com ressalvas
337/2012 – Central Eólica Mundaú	Submetido	Aprovado com ressalvas
338/2012 – Central Eólica Trairi	Submetido	Aprovado com ressalvas
339/2012 – Parque Eólico Campo dos Ventos II	Submetido	Em revisão
352/2012 – Projeto de Recuperação de Metano em Tratamento de Dejetos	Recebido	Submetido
353/2012 – BRASILM 1- Prevenção de Emissões de Metano através da Compostagem de Dejetos Animais	Recebido	Submetido
354/2012 – Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica - Parque Eólico Morro dos Ventos	Recebido	Submetido
355/2012 – Projeto de Compostagem AWMS PoA	Recebido	Submetido
356/2012 –Pequenas Centrais Hidrelétricas nas atividades de projeto agrupadas do Rio Braço do Norte	Recebido	Submetido
357/2012 –Atividade de Projeto de MDL Energia Barueri	Recebido	Submetido
358/2012 –Projeto de Gás de Aterro Uberlândia I e II	Recebido	Submetido
359/2012 –Rede conectada à geração de energia elétrica de fonte renovável: Complexo do Parque Eólico de Santana do Livramento	Recebido	Submetido
360/2012 –Projeto de Biogás de Aterro para Energia em Natal	Recebido	Submetido
361/2012 –São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes	Recebido	Submetido
362/2012 –Atividade do Projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica Quebra Dentes	Recebido	Submetido
363/2012 –Projeto de MDL ENGEP & BEGREEN no aterro UTGR- Jambeiro	Recebido	Submetido
364/2012 –Atividade de Projeto do MDL dos Complexos de Energia Eólica Faísas	Recebido	Submetido
365/2012 –Atividade de Projeto do Complexo de Energia Eólica do Rio Grande do Norte e Ceará	Recebido	Submetido

O Sr. Sanderson Leitão perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita e, como não houve manifestação, declarou encerrada, às 15h30, a 68ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.